

ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Silvio Dreveck
Mário Marcondes
Ana Paula Lima
Maurício Eskudlark

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Faz considerações sobre a campanha Outubro Rosa, que tem o objetivo de estimular a participação da população no controle do câncer de mama. Ressalta que um diagnóstico precoce favorece a cura da doença e por isso é importante que os exames de mamografia e biopsia sejam agilizados e de qualidade, destacando que há um projeto de lei no Congresso Nacional que fixa um prazo de 30 dias para que o SUS realize os exames necessários para a elucidação de diagnóstico médico que preveja

como hipótese o câncer de mama. Entende também que não deve haver demora na inclusão dos remédios de última geração no Sistema de Saúde. Espera que a Assembleia continue ajudando a cobrar dos órgãos específicos para que de fato todas as mulheres tenham um atendimento de saúde adequado.

Por fim, reafirma seu apoio e adesão ao Outubro Rosa e registra também a realização de um seminário pela comissão de Saúde da Casa sobre alimentação saudável, tema da campanha Setembro Verde. *[Taquígrafa: Cristiany]*

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Orador) - Traz a tribuna projeto de lei de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a regulamentar e consolidar, a implantação do prontuário eletrônico nos serviços de saúde pública e privado do estado.

Justifica que a modernização nos procedimentos realizados na área se faz imprescindível nos dias atuais, e vai facilitar o acesso às informações da saúde do paciente aos médicos, além de racionalização de gastos, acrescentando que o mesmo será manipulado somente por profissional, e que vai preservar o sigilo dos dados e também agilizar os atendimentos de emergência.

Finaliza registrando que visitou a cidade de Santa Terezinha, agradecendo a recepção e parabenizando as autoridades do município.

Deputado Fernando Coruja (Aparteante) - Elogia o pronunciamento, afirmando que o deputado Antônio Aguiar é um dos mais preocupadas com a questão da área da saúde na Casa. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Reporta-se à normativa da secretária de Educação que trata da distribuição de aulas e organização do quadro das unidades escolares para o ano de 2018, considerando a desgraça do Magistério catarinense. Cita que o referido documento traz ainda mais prejuízos aos professores do estado.

Discorre sobre depoimentos de professores que demonstram o sentimento de desaprovação de tal ato ao exemplificar o reordenamento de carga horária

de uma determinada disciplina de 20 horas/aula que para ser preenchida o(a) professor(a) deverá se deslocar para outro município. Solicita que o secretário de Educação reveja a situação que está desencadeando angústia aos profissionais da Educação do estado de Santa Catarina. [Taquígrafa: Sílvia]

Partidos Políticos

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Evidencia a grave situação da saúde no estado de Santa Catarina, por falta de recursos financeiros, ao mesmo tempo critica a posição do governo estadual em relação ao empréstimo de R\$ 700 milhões do Fundam para distribuir aos prefeitos municipais, sem ônus financeiro, em detrimento dos cidadãos catarinenses.

Sugere ao governo que o empréstimo de R\$ 700 milhões seja distribuído de maneira racional, destinando R\$ 300 milhões para atender às necessidades emergenciais dos municípios, referindo-se à saúde e à segurança pública.

Deputado Neodi Saretta (Aparteante) - Sugere que o governo mantenha a proposta original do Fundam no valor de R\$ 1,500 bilhão, e do montante destine o valor de R\$ 300 milhões de forma emergencial à saúde.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo relevante assunto, e destaca a notícia do secretário da Saúde sobre a renovação do convênio de R\$ 800 mil com o Hospital Regional de Curitibanos. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PMDB

Pronunciamento relatado na íntegra.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Senhora Presidente, senhoras e senhores parlamentares! Quero saudar também os alunos do estado de Santa Catarina que aqui comparecem.

No dia de ontem foi enterrado o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, o Cao, e eu tive a oportunidade de participar do ato que houve em sua homenagem, e depois do velório e do seu enterro.

Luiz Carlos Cancellier, o Cao, era reitor da universidade, e particularmente um amigo de longa data, pois militamos por longo tempo juntos, num partido político, e, inclusive, ele trabalhou comigo como assessor jurídico quando fui Secretário Estadual da Saúde.

Então, perdi um amigo e entendo que Santa Catarina perdeu uma grande liderança política-educacional, e que, segundo todos os relatos, mesmo sendo adversários políticos, fazia um bom mandato na Universidade Federal de Santa Catarina, um mandato que respeitava a diversidade, que respeitava as ideologias, o debate ideológico, e que respeitava, fundamentalmente, o outro, como deve fazer qualquer autoridade neste país.

Foi acusado de obstrução da justiça, por um processo que desconheço o seu teor, mas sei da acusação, que foi obstrução da justiça. Por conhecê-lo, sei que provavelmente esta obstrução da justiça deve ter acontecido mais ou menos da seguinte forma - alguém chegou lá dizendo que tinha um problema passado, uma confusão, e ele deve ter dito para tratar para frente, cuidar da universidade, tratar da universidade e esquecer o que passou. Presumo que deve ter sido mais ou menos assim. Mas isso é um processo que está correndo, e vai continuar correndo, evidentemente, porque vai correr independentemente da não mais presença do Cao no nosso meio.

Mas ele foi preso, e sobre a prisão eu posso falar. A prisão temporária na situação colocada certamente foi um exagero. Talvez tenha sido autoritária, talvez tenha sido abusiva. Eu digo isso porque a prisão, o próprio Direito Penal, deputado Altair, é chamado de a última ratio, o Direito Penal funciona pelo princípio da intervenção mínima, e a prisão, que é a pena mais defendida muitas vezes pelas pessoas naquele ímpeto de vingança, ela deve ser utilizada em

situações muito especiais, principalmente quando não se tem ainda culpa formada.

A prisão, inclusive, no Brasil, é uma espécie de pena, e uma pena perpétua, porque, quando o sujeito é preso, aquele estigma o acompanha pelo resto da vida. Então, na prática, prender é uma penalidade antecipada, e o Brasil tem abusado. Sob o pretexto de que há impunidade, sob o pretexto que pode haver, sob o pretexto que o mundo está muito atabalhado, principalmente na política, e tem uma roubalheira danada, está se exagerando na prisão temporária e na prisão preventiva. E se prende por qualquer motivo, está banalizada a tal prisão temporária.

Então, digo que esta prisão, sem dúvida nenhuma, foi um exagero, pelas circunstâncias, pelo que está colocado, independente de conhecer o teor do que lá aconteceu. Esta pena, que é uma pena perpétua, atenta contra a dignidade da pessoa humana. A prisão liquida com a honra, esta pena antecipada cria na pessoa, num país como o Brasil, onde as pessoas tem uma ânsia de prender. É muito comum ver notícias na mídia, relatando fatos acontecidos, que finalizam com a afirmação de que ninguém foi preso, como se prender fosse a solução.

A prisão, e aqui temos estudantes, é uma situação de extrema degradação. Quando se fala que vai se reabilitar na prisão, é certamente uma mentira, porque o povo já não reabilita. Quando o sujeito é preso uma vez, não há reabilitação, porque é da índole da população brasileira não perdoar nesta situação.

Bom, após a prisão, ele foi liberado. Foi liberado logo a seguir por outra juíza. Mas após ser liberado, foi impedido de comparecer à universidade, de reassumir o cargo. Impedido de comparecer a universidade! Ele morava ali na frente, uma pessoa sem posses, nem carro tinha, tem um apartamento e, não sei se é dele. Foi impedido de comparecer a universidade, sendo permitido que comparecesse apenas no sábado, por duas horas e meia, para orientar uns alunos.

Isso levou, presumo eu, a uma situação de se encontrar sem saída, sem saída no sentido de que sabia que se voltasse para a universidade, mesmo que conseguisse juridicamente, no futuro, provavelmente seria lá um morto-vivo, dentro da universidade. Sabia que a sociedade, por causa da pena de prisão, que é uma pena perpétua, acaba olhando para as pessoas de maneira atravessada.

Eu liguei para ele umas duas vezes, conversamos, e pareceu-me que estava sereno, mas, ao que parece, sentiu-se sem saída. O sem saída, que o levou ao suicídio, não é, entretanto, e aí eu posso falar, como político, como amigo pessoal dele, e como médico, não foi um sem saída do sujeito deprimido, que não vê como sair e comete um suicídio, o que é comum. A causa mais frequente de suicídio é a depressão, a pessoa se mata porque não encontra a saída, fico deprimido e não vê saída. Às vezes uma saída pode ser possibilitada por um remédio. Mas não vê saída e suicida-se.

O suicídio é um dos temas mais complexos que existe na Medicina e na Filosofia, aliás, o pensador francês, franco-argelino, Albert Camus, que ganhou o Premio Nobel de Literatura em 1957, escreveu vários livros, e dizia que a única coisa que vale a pena filosofar é o suicídio, porque o suicídio é uma questão complexa, o sujeito decide tirar a própria vida.

Ele não se suicidou, a aí volto a dizer, como médico, e conhecendo o Cao, por estar deprimido, para fugir dos problemas. Suicidou-se, em minha opinião, na procura da resgatar a sua honra. É muito comum em alguns países, por exemplo, no Japão, muita gente se suicida para resgatar a honra.

No Japão, eu estava vendo uma estatística, deputada Ana Paula, em 2014 seis pessoas foram assassinadas. Mas lá tem suicídio para resgatar a honra, muito mais do que homicídio. Ele se suicidou para resgatar a honra, porque ele sabia, como jurista, como mestre, doutor em Direito, e como jornalista, porque também era formado em Jornalismo, um político, capaz de perceber que iria acontecer o que aconteceu. Uma comunidade

que, de repente, estava se afastando dele, de imediato se aglutinou em seu nome. E ontem, lá no ato, nós tivemos os discursos mais fortes que poderíamos ter, do senador Nelson Wedekin, do desembargador Lédio, de todas as pessoas, na defesa dele, de um conciliador, porque era o estilo dele, um conciliador, que sempre procurava ver as coisas da forma positiva, levando para frente, para produzir.

E ele sabia também, afastado da universidade, lá não podendo entrar, que talvez a única forma de ele voltar, e ele voltou para a universidade, era morto. Conseguiu entrar na universidade morto. Conseguiu entrar no lugar que ele gostava, que amava, morto, num caixão. Como Getúlio deu um tiro e disse que ia entrar para a história, o Cao também entra para a história, e vai entrar porque o debate vai começar a partir de agora, de certas questões que estão acontecendo, mas entrou para a história e entrou na universidade. Morto, mas entrou na universidade.

E o suicídio dele não foi um ato de desespero, talvez tenha sido um ato político, o ato daquele que acredita que o país, o nosso Brasil, está caminhando para um nível perigoso de autoritarismo, e vejam que não quero culpar ninguém, porque não são as pessoas, às vezes. Não é questão de procurar culpados, é perceber que as instituições, por sua natureza, estão ficando desta forma, autoritárias, abusivas, e abusando do direito à liberdade!

Na ditadura militar ninguém ousaria prender o reitor de uma universidade! Na ditadura! Ninguém ousaria prender um reitor! Agora, se ousou prender o reitor por uma "obstrução da justiça".

Então, o meu amigo Cao, que suicidou-se, e veja deputado Valduga, eu não sou daqueles que estou dizendo que lamento a morte do meu amigo, não deveria ter feito isso. Talvez eu entenda que ele foi bem! Não vou ficar naqueles que simplificam! Acho que ele tomou uma atitude típica dele, de coragem, de bravura, não foi um suicídio depressivo, não foi o suicídio do covarde, não foi o suicídio de quem não encontrou saída, foi o

suicídio de quem queria entrar na universidade, fazer um ato político, e como alguns já disseram, dar uma última aula. Que esta aula que ele nos deu sirva para nós, para as instituições, para aqueles que puderam ouvir o que aconteceu. Ouvir o barulho da sua queda no shopping, e que o barulho da sua queda no shopping tenha algum significado para que o Brasil avance para ser como ele defendia, um Brasil mais aglutinado e que olhe o futuro, que construa o futuro, que caminhe em direção ao futuro.

Foi uma bela aula, camarada Cao! Um grande abraço! (SEM REVISÃO DO ORADOR) *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária em Santa Catarina, anuncia que foi protocolado o Projeto de Lei n. 0124/2016, resultado de um trabalho com entidades e órgãos competentes para criar uma Política Estadual de Economia Solidária no sentido de valorizar o cooperativismo, a geração de oportunidades e renda. Ressalta que foi construído um diálogo do Parlamento com o secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Valmir Comin, com a conscientização de que essa lei precisa ser apresentada e discutida nas diferentes regiões do estado. Destaca que serão promovidas seis audiências públicas regionais, iniciando por Criciúma, depois Lages, São Miguel do Oeste, Chapecó, Blumenau e Itajaí, para apresentar a referida legislação e abrir o debate a fim de colher sugestões e alterações. Informa que no dia 21 de novembro realizar-se-á a última audiência na Assembleia com todas as contribuições propostas em cada região, a fim de criar uma Política Estadual de Economia Solidária que assegurará que pequenos grupos possam ser contemplados com recursos no Orçamento do Estado. Por fim, convida todos os 40 parlamentares a participarem dos encontros. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Cumprimenta todos os jovens que estão a convite de vários deputados, assistindo a presente sessão.

Enaltece o Congresso Nacional por ter concluído a votação de questão importante da reforma política, que foi o fim das coligações proporcionais entre os partidos, justificando que as mesmas criaram o crescimento de partidos, e garantiam participação de recursos do fundo partidário, destacando que sempre defendeu a extinção destas negociações.

Finaliza criticando novamente o "distritão", dizendo que iria arrasar os partidos.

[Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - A Presidência suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possa usar a tribuna o dr. Paulo Marcondes Brincas, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Santa Catarina, OAB, para divulgar a recém criada comissão de Assuntos Legislativos, e apresentar a advogada Claudia Bressan da Silva, nomeada para presidi-la, e também ressaltar o papel do advogado e da OAB na defesa do estado democrático de direito e do devido processo legal, no combate à corrupção, primando por uma justiça mais célere e, ainda, defendendo tantas outras lutas pela melhoria da justiça e da nação. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0011/2017, de autoria do deputado Patrício Destro, que inclui no calendário oficial de eventos do estado de Santa Catarina a Festa do Maracujá, no município de Araquari.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0027/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que inclui no calendário oficial de eventos do estado de Santa Catarina a Festa Estadual da Ovelha, no município de Campo Alegre.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0097/2017, de deputado Milton Hobus, que institui a Rota Turística Caminhos da Neve no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0191/2017, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que inclui no calendário oficial de eventos do estado de Santa Catarina a Mostra do Vinho Catarinense.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0264/2017, de autoria do deputado Nilso Berlanda, que institui o Dia Estadual do Rio Canoas, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0111/2017, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações acerca de exames colpocitológicos, câncer do colo uterino e HPV.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0112/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações referentes a quais unidades escolares do estado de Santa Catarina, discriminadas pelas Agências de Desenvolvimento Regional, estão em fase de construção, ou se há previsão de ampliação ou de reformas, do presente momento até o final de 2018.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0113/2017, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Fazenda, solicitando informações acerca da relação dos contratos firmados e repasses financeiros efetuados pelo governo do estado de Santa Catarina e/ou suas autarquias com diversas empresas e entidades.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0114/2017, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca dos repasses para o ano de 2017 das bolsas dos art.s: 170 e 171, da Constituição do estado de Santa Catarina, às instituições do sistema Acafe, como a existência de pendências, previsão para regulamentação e motivos dos atrasos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0198/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao governador do estado, manifestando preocupação e contrariedade quanto às novas orientações para a distribuição de aulas nas unidades escolares da rede estadual e apelando para que sejam revogadas, mantendo, assim, o critério atual para o ano de 2018.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0199/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da República, apelando pela revisão da proposta

orçamentária do Sistema Único de Assistência Social para 2018, a fim que ao menos sejam mantidos os mesmos valores previstos para 2017.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados Neodi Saretta, Luciane Carminatti, Nilso Berlanda e Cesar Valduga, e solicitaram subscrevê-la, tendo aquiescência do autor.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0200/2017, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviada ao Padre João Bachmann, manifestando aplausos pelos 25 anos de vida sacerdotal e pela atuação como líder espiritual e comunitário junto à comunidade católica do município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0911/2017, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0912/2017, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0913/2017, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0914/2017, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0915/2017, de do deputado Cleiton Salvaro; 0916/2017 e 0917/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e, 0918/2017, de autoria do deputado Nilso Berlanda.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0694/2017, de autoria do deputado José Milton Scheffer; e, 0695/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possam usar a tribuna o sr.

deputado estadual e secretário de estado de Turismo, Cultura e Esporte, Leonel Pavan; bem como o presidente da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte, sr. Erivaldo Nunes Caetano Júnior; e o excelentíssimo senhor vice-prefeito de Lages, Juliano Polese, para divulgar a realização dos Jogos Abertos de Santa Catarina, no período de 3 a 11 de novembro, no referido município.
[Taquígrafa: Sílvia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) -
Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Manifesta consternada à trágica morte do professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, afastado da instituição por determinação judicial, considerando consequência de fatos absurdos acontecidos no país com a participação ativa da mídia sem o mínimo de humanidade.

Compartilha, por meio de vídeo, um trecho do discurso proferido, na data anterior, pelo desembargador Lédio Rosa de Andrade, durante a homenagem na sessão solene Fúnebre do Conselho Universitário realizada na UFSC, salientando a intolerância, a histeria coletiva, o ódio, o estado de exceção que se instalou o país.

Emocionada, ratifica as palavras do desembargador e faz um convite à reflexão sobre as considerações proferidas pelo representante do Poder Judiciário. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Fala sobre o movimento que começou segunda-feira, no Rio de Janeiro, com diversos eventos, culminando com a audiência pública na Alesc, que contou com a participação de lideranças e trabalhadores do setor energético de Santa Catarina e do Brasil. Tal movimento está mobilizando todo o país, na defesa do patrimônio público, a soberania nacional

e uma das grandes riquezas, que é o setor energético.

Afirma que, infelizmente, o atual governo volta à estratégia do entreguismo, do petróleo, da energia, das terras da Amazônia, retornando a uma política que já existiu nos anos 90, não trabalhando a estratégia de construir um Brasil soberano para o povo brasileiro. Declara que o anúncio da venda da Eletrobrás para fazer caixa é uma das iniciativas mais aberrantes do governo Temer, e ressalta que o ex-presidente Lula tem anunciado que vai voltar a governar e frear todo esse processo de entreguismo absurdo que está em curso no país.

Destacando que energia é estratégia, indaga se com a privatização os empresários conseguiriam competir e arcar com o conseqüente aumento do custo da produção. Também responde aos que criticam os governos do PT, que enquanto esteve à frente do país não foram e jamais serão entregues as empresas públicas brasileiras. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Critica o entreguismo e sucateamento das estatais brasileiras, ressaltando que forças ocultas e as multinacionais estão abocanhando o Brasil aos poucos.

O deputado questionou os senadores e deputados federais catarinenses com relação ao posicionamento que terão ao votar sobre o sistema de energia elétrica, a Petrobrás e a Amazônia, chamando atenção para o valor subavaliado de venda das estatais. *[Taquígrafa: Cristiany]*

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Fala sobre a Efapi, Exposição da Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó, que está comemorando 50 anos, e que tem como objetivo liderar o setor agropecuário no estado.

Informa que a abertura do evento será sexta-feira, seis de outubro, e que representa um grande movimento econômico do setor produtivo do agronegócio, que juntamente com a Aurora e outras

cooperativas filiadas formam uma grande força e geram empregos em toda a região.

Finaliza convidando a população catarinense e os colegas parlamentares a prestigiarem a feira.

Deputado Cesar Valduga (Aparteante) - Registra que a Efapi, vai divulgar o que de melhor se produz em Santa Catarina, e que vai estar presente na inauguração. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Orador) - Discorre sobre a situação financeira do governo do estado em relação às empresas estatais ao mencionar o empréstimo para a Celesc, o que demonstra que diante de qualquer crise necessita de dinheiro emprestado, destacando que a função principal do governo é legislar. Menciona a dificuldade para manter as empresas públicas e a falta dinheiro nas áreas prioritárias - saúde, educação e segurança.

Cita a questão da carga tributária absurda que os empresários brasileiros suportam, exemplificando a justiça do trabalho, a previdenciária e a fiscalização ambiental, que muitas atrapalham o desenvolvimento socioeconômico de uma região. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.